



O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA COMO FORMA DE FORTALECIMENTO DA SOBERANIA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO

Jonas Dias de Souza ¹

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês ²

RESUMO

Este trabalho debate a importância do extrativismo do açaí (*Precatoria sp*) para a população residente nos municípios brasileiros da tríplice fronteira amazônica em termos de segurança e soberania alimentar. Partindo dos posicionamentos sobre o extrativismo na Amazônia, discute-se a valorização das atividades extrativas como portadoras de dimensões culturais, identitárias e outras além daquela puramente econômica. A pesquisa foi realizada nos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant e contou com trabalhos de campo nas comunidades ribeirinhas e nas cidades, além de revisões bibliográficas, realização de entrevistas e questionários. Os resultados mostram a importância histórica do extrativismo do açaí na garantia de alimentação e na geração de renda para a população, que se beneficia com consumo ou venda do produto. Por outro lado, verificou-se também os potenciais de valorização dos aspectos históricos e culturais e da diversificação do processo de extração do açaí na promoção da soberania alimentar e na sustentabilidade das práticas nos municípios da tríplice fronteira amazônica.

Palavras-chave: Extrativismo, açaí, tríplice fronteira, soberania alimentar

RESUMEN

Este trabajo discute la importancia del extractivismo del açaí (*Precatoria sp*) para la población residente en los municipios brasileños de la triple frontera amazónica en términos de seguridad y soberanía alimentaria. A partir de posiciones sobre el extractivismo en la Amazonía, se discute la valoración de las actividades extractivas como portadoras de dimensiones ambientales, culturales, identitarias y otras más allá de lo puramente económico. La investigación incluyó trabajo de campo en comunidades ribereñas y de la ciudad, además de revisiones bibliográficas, entrevistas y cuestionarios. Los resultados muestran la importancia histórica de la extracción de açaí para garantizar alimentos y generar ingresos para la población, que se beneficia del consumo o venta del producto. Por otro lado, también se verificó el potencial de valoración de los aspectos históricos y culturales y de la diversificación del proceso de extracción de açaí en la promoción de la soberanía alimentaria y en la sostenibilidad de las prácticas en los municipios de la triple frontera amazónica.

Palabras clave: extractivismo; açaí, triple frontera; soberanía alimentaria

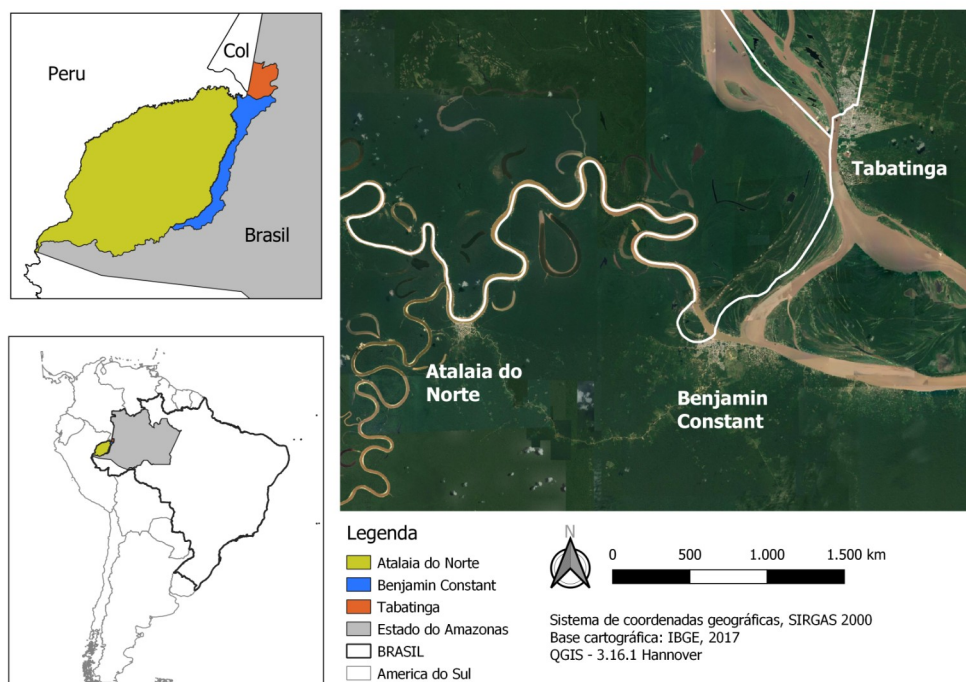
1 Professor adjunto do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas (CESTB/UEA) jdsgeo10@yahoo.com

2 Professor assistente do Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas (CESTB/UEA) billacres@gmail.com



INTRODUÇÃO

Embora o extrativismo na Amazônia seja objeto de controvérsias a respeito de sua viabilidade ou como modelo alternativo de desenvolvimento econômico, na tríplice fronteira amazônica, onde estão situados os municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant (mapa 1), o extrativismo vegetal e animal aparecem como forma de garantia e fortalecimento da segurança e soberania alimentar da população local. No contexto da pandemia de COVID-19, que acentuou as problemáticas sociais, econômicas e sanitárias e agravou a insegurança alimentar no país e no mundo (ONU, 2021), o extrativismo vegetal ganha ainda maior relevância numa região já caracterizada por baixos índices de desenvolvimento, alguns dos piores do Brasil: Atalaia do Norte, por exemplo, com IDH de 0,450 e renda per capita de 380 reais, apresenta 78% da população como vulneráveis a pobreza, índice que chega a 87% em Benjamin Constant, cuja renda per capita e IDH são, respectivamente, 148 reais e 0,574 (IBGE, 2010).



Nessas circunstâncias, este trabalho debate a importância do extrativismo do açai (*Precatória sp*) para a população residente nos municípios brasileiros da tríplice



fronteira amazônica em termos de segurança e soberania alimentar³. Através de revisões bibliográficas, entrevistas com produtores, vendedores e autoridades locais e trabalhos de campo nos locais de produção e comercialização, discute-se o papel do extrativismo vegetal do açaí na garantia de alimento, de renda e como atividade potencial para fortalecimento dos vínculos culturais, identitários e territoriais das comunidades locais.

Na direção das discussões que criticam a aproximação puramente econômica do extrativismo vegetal e advogam por uma outra forma de racionalidade ambiental e desenvolvimento social, o trabalho revisa os debates entorno do extrativismo, especialmente o extrativismo da Amazônia, e descreve as características gerais do extrativismo do açaí nos municípios brasileiros da tríplice fronteira, argumentando para capacidade de valorização dos aspectos alimentares, culturais, históricos e da diversificação dos usos como forma de recuperação e fortalecimento da soberania alimentar da população

Debates entorno do extrativismo

Quando o tema a ser debatido é o extrativismo, existe muita controvérsia entre acadêmicos e ativistas quanto sua definição, natureza e importância, os posicionamentos variando segundo as perspectivas teóricas, disciplinares e os interesses de cada grupo envolvido (MARTÍN, 2017).

Por um lado, em se tratando do extrativismo vegetal praticado na Amazônia, autores como Araújo Lima (1937), Djalma Batista (2003), Samuel Benchimol (2011) e Alfredo Homma (2018) tendem a entender o extrativismo como atividade essencialmente econômica e, dessa forma, tecem críticas enquanto modelo de desenvolvimento regional. Nesse sentido, os autores levantam diversos argumentos em desfavor da atividade.

Araújo Lima (1937), por exemplo, considera que o homem amazônico “abandonou o trabalho”, as aspirações para sobreviver do que a natureza pródiga e perdulária fornece. Mesmo o caboclo nordestino migrante “renunciou à lavoura, de que penosamente vivera na terra das secas, e entregou-se exclusivamente à indústria extrativa” (idem, p. 106).

3 O trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Sabores sustentáveis’ na tríplice fronteira: redes, soberania e segurança alimentar do açaí e do mapati”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)



Afogado pelas prodigalidades de uma natureza perdulária, que as leis econômicas reconhecem como causa entorpecedora do progresso, o amazônico deixou-se abandonar no pouso sombreado e pacato, que a beira dos lagos e dos paranás remansosos, lhe dava meios de vida e de subsistência, embotando-lhe o sentido de novas aspirações (LIMA, 1937, p. 106)

As atividades extrativas possibilitaram a posse das terras amazônicas e complementam a dieta do homem amazônico, afirma Djalma Batista (2003, p. 142); porém, são atividades predatórias porquanto, além de não gerar riqueza para a região, ainda causa degradação do meio ambiente e põe em ameaça a extinção das espécies aproveitadas.

No interior, a alimentação é mais fácil, em certas épocas, pela utilização dos recursos naturais, da caça, da pesca e das colheitas dos frutos do mato. Tudo isto implica porém em desvio de horas de atividade, e num verdadeiro jogo em que o fator sorte figura com destaque. A população está pagando por um erro consuetudinário: a dizimação dos quelônios na viração das praias, na coleta dos ovos e na captura das tartarugas. O peixe-boi vem escasseando dia a dia (...) diminuindo os bens da natureza em favor do homem, isto é, desfazendo o equilíbrio ecológico, contra o último. (BATISTA, 2003, p. 105).

Para Benchimol (2011), a defesa do extrativismo chega mesmo a ser um “discurso geopolítico falacioso” porquanto não promove a preservação da floresta nem gera a renda prometida por seus defensores: “esse é um discurso patrocinado pelos países do Primeiro Mundo, de pseudocientistas arvorados em especialistas da Amazônia e que desconhecem completamente as lutas e os sofrimentos históricos desses povos” (BENCHIMOL, 2011, s/p). Ademais, é uma atividade que exige alto preço unitário “para poder superar os altos custos de coleta, extração, distância e transporte que somente se viabilizam quando o monopólio naturalístico do produto consegue manter preços que suportem essas enormes desvantagens” (BENCHIMOL, 2011, s/n).

Na mesma direção dos argumento de Benchimol, Alfredo Homma (2018) considera que a economia extrativa não é a melhor opção para o desenvolvimento da Amazônia, sendo preferível as atividades agrícolas. Segundo Homma, a economia extrativa apresenta fragilidades em acompanhar o crescimento da demanda dos produtos. Assevera que “o extrativismo se mantêm quando o mercado é pequeno. Porém, com o crescimento da população e do mercado, a oferta extrativa torna-se incapaz de atender às necessidades” (2018, p. 33).

O baixo nível de renda gerado para a população, que ainda corre o risco de ver os produtos do extrativismo substituídos por sintéticos, mais competitivos no mercado,



é também outra crítica levantada por Alfredo Homma. “A economia extrativa tende a regredir ao longo do tempo” diz o autor, sendo que para manter a viabilidade do extrativismo, não pode haver nem concorrência de atividades alternativas mais rentáveis que absorvam a mão de obra do extrativismo, nem financiar pesquisas de domesticação e não abrir estradas. Mesmo as preocupações ambientais não justificam a permanência da economia extrativa já que sustentabilidade econômica não é sinônimo de sustentabilidade ambiental. As reservas extrativas, criadas com a promessa de conservação e proteção dos recursos ambientais, não são sinônimos de sustentabilidade, seus limites podem não coincidir com as exigências ecológicas, e a comercialização dos produtos da extração depender de nichos de mercado. Nas palavras do autor:

A economia extrativa tende a regredir ao longo do tempo, porém seus defensores acham que nunca vai desaparecer. A utilização de alta tecnologia na fabricação do couro vegetal obtido a partir do látex da seringueira, na produção de preservativos masculinos a partir de borracha extrativa, nas fábricas de beneficiamento de castanha, na melhoria do processo de comercialização, etc., pode contribuir para a manutenção do extrativismo criando nichos de mercado. A questão é a democratização dos *green products* e o alto custo do empreendimento. Para manter o extrativismo, é importante não criar alternativas econômicas, não financiar pesquisas sobre domesticação, criar nichos de mercado, evitar abertura de estradas, etc (HOMMA, 2018, p. 35).

Conclui Homma afirmando: “insistir na permanência do extrativismo seria condenar a população da Amazônia a um subdesenvolvimento sustentado, prolongando os prejuízos aos produtores com a reduzida oferta de alternativas econômicas e as dificuldades em buscá-las.” (HOMMA, 2018, p. 12).

Se as opiniões expostas acima são contrárias ao extrativismo, um segundo posicionamento, porém, espousa uma visão mais positiva sobre as atividades, encarando-a além de suas dimensões econômicas. Emergindo a partir da luta dos seringueiros do Acre, da emergência das preocupações ambientais e das discussões entorno de outras racionalidades ambientais e do pós-extrativismo, as atividades extrativas de pequena escala e não voltadas exclusivamente para o atendimento do mercado são revalorizadas como opção portadora de processos e preceitos que se apoiam em outros parâmetros para o desenvolvimento, destacando questões como a promoção de direitos humanos, cidadania, além dos seus laços culturais e simbólicos (SILVA et all, 2016).

Dessa forma, o extrativismo é apreendido na sua escala local de produção e está associado a um convívio mais equilibrado entre o homem e o meio (DILGER, 2016), juntando-se a outras formas de produção, sendo componente de um “sistema de



produção traducional” que envolve diferentes atividades, “cada uma associada a um espaço particular” (LESCURE, 1993, p. 768) e compostas pela roças, pomares, e práticas de pesca e caça.

O extrativismo é uma forma de relação do homem com a natureza e, enquanto tal, apresenta significados culturais, simbólicos, identitários, territoriais (CLAVAL, 2014; SZEMAN, WENZEL, 2021) que revelam dimensões além daquelas puramente econômicas. Com efeito, a atividade extrativa não se realiza apenas no ato de colher o produto vegetal, mas encerra também um domínio espaço temporal da floresta, no conhecimento das estações do ano, dos caminhos, das plantas, do saber-fazer o extrativismo; ela permeia também as memórias, a construção das identidades, dos modos de vida e das relações entre a comunidade (CLAVAL, 2014), não se esgotando como recurso econômico a ser posto no mercado.

Assim, quando se sublinha estas (e outras) características do extrativismo, abre-se caminho para descobrir formas de relação com a natureza mais sustentáveis, formas de apreensão e apropriação da natureza que demonstram outras racionalidades ambientais que não só a valorização econômica dos recursos. Conforme assevera Leff (2010).

A sustentabilidade baseada em uma política de diversidade e da diferença implica fazer descer do pedestal o regime universal e dominante do mercado como medida de todas as coisas, como principal organizador do mundo globalizado e do próprio sentido da existência humana (...).

Os tempos e os potenciais ecológicos, as condições ecológicas de sustentabilidade e os sentidos existenciais dos povos, são processos que dificilmente podem ser convertidos em valores de mercado (...) (LEFF, 2010, p. 26).

De fato, é preciso encarar as práticas extrativas não somente como recurso econômico, mas valorizá-la segundo seus potenciais ecológicos, sociais, culturais, simbólicos, etc. Nesse sentido, argumentam Acosta e Brand:

É preciso reorganizar a produção, desvincular-se da excessiva dominação dos mecanismos de mercado e restaurar a matéria utilizada para então reciclá-la e reordená-la em novos ciclos ecológicos. O mundo necessita também de uma racionalidade ambiental que desconstrua a irracionalidade econômica por meio da reapropriação da Natureza e da reterritorialização das culturas. As visões utilitaristas devem ceder espaço a outras aproximações, sustentadas nos Direitos da Natureza e, sempre, nos Direitos Humanos (ACOSTA e BRAND, 2018, pg. 104)

A valorização de outras racionalidades, outras dimensões na produção extrativa, coaduna-se ainda na busca por maior soberania alimentar. Quer dizer, se estamos analisando o extrativismo na perspectiva da segurança e soberania alimentar, o



reconhecimento dos aspectos sociais, culturais, ecológicas das práticas extrativas vai de encontro aos objetivos da soberania alimentar, na medida em que “esta visão propõe o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais e culturais) enquanto eixo fundamental para a busca de soluções com vistas a uma alimentação adequada de qualidade” (MARQUES, 2010, p. 81).

Portanto, o fortalecimento do extrativismo e, no caso em estudo, do extrativismo do açaí na tríplice fronteira da Amazônia que se volte a valorizar o produtor no seu conhecimento, as práticas de produção de menor impacto ou a introdução de novas técnicas e manejos mais sustentáveis, a diversidade nos usos do produto são todas medidas que contribuem na busca de cidadania, segurança e soberania alimentar para a população.

EXTRATIVISMO DO AÇAÍ E SOBERANIA ALIMENTAR

O extrativismo na tríplice fronteira amazônica, assim como para a Amazônia como um todo, tem importância histórica fundamental para a população e para os municípios da região.

Historicamente, aquele extrativismo de grande escala, mais voltado para o mercado e os grandes circuitos espaciais de produção e comércio, foi fundamental na fundação e dinâmica dos municípios. Os três municípios, afinal, serviram de base para concentração e extração de excedentes produzidos nas atividades extrativas locais (BECKER, 2015). Benjamin Constant e Atalaia do Norte têm suas origens ligadas a extração do látex da seringueira; já a fundação de Tabatinga remete mais imperativos de ordem militar de defesa e demarcação do território colonial português, mas abrigou também certa estrutura e atividades ligadas ao extrativismo, como armazéns, posto de fiscalização e portos de transbordo. Era comum viajantes que passavam pela região, nos séculos passados, registrar a exportação de salsaparrilha, borracha, baunilha, cacau, peixe seco, manteiga e ovos de tartaruga que vinham das regiões mais próximas ou eram obtidos localmente (ORTON, 1870, AVÉ-LALLEMANT, 1980, LA CONDAMINIE, 2000).

Para o caso da extração vegetal, e apesar dos problemas na obtenção e quantificação de dados sobre o extrativismo na Amazônia, como alerta LESCURE (2000) e MENEZES (2011), atualmente, para o ano de 2020, os registros do IBGE mostram a produção principalmente de açaí e castanha-do-pará, sendo o açaí, o fruto



que apresenta a mais quantidade de produção, com 151 toneladas produzidas em Tabatinga, 90 em Atalaia do Norte e 80 em Benjamin Constant (IBGE, 2020).

Mas diferentemente do extrativismo do passado ou mesmo dos atuais que estão ligados a redes maiores de produção, transporte e comércio, o extrativismo do açaí nos municípios da tríplice fronteira é de escala local e destina-se não somente a venda para obtenção de renda pelas famílias, mas integra a própria base alimentar ou “cultura alimentar” (SORRE, 1967) da população.

De fato, nos trabalhos de campo e entrevistas com extratores e vendedores, ficou evidente a importância do extrativismo do açaí para a população envolvida. Importância histórica, a propósito, porque deve-se lembrar que o Alto Solimões foi uma das áreas de domesticação da espécie (LEVIS et al, 2018), envolvendo práticas sociais de gestão e manejo antrópicos da floresta de longa duração, como a seleção de indivíduos e características mais úteis da espécie, plantio intencional de mudas ou o corte de árvores mais velhas (LEVIS et al, 2018).

Por um lado, na época de produção do fruto, que se estende de janeiro a agosto aproximadamente, muitas famílias consomem o açaí com peixe, farinha e banana, constituindo o cardápio principal – e as vezes o único – de alguns dias. Por outro lado, a renda mais importante das famílias, ao lado de auxílios governamentais como Bolsa Família ou Auxílio Defeso, advém também da extração e comercialização do açaí, seja do fruto diretamente ou do produto já preparado, o vinho do açaí. É ilustrativo nesse sentido, nas conversas informais mantidas em campo, enquanto uma criança comia, no canto da cozinha, uma cuia de açaí com goma, quando um pai ou uma mãe de família afirmam que “criei meus filhos batendo açaí nessa máquina” ou “o açaí é o que dá dinheiro aqui em casa”.

São diferentes os grupos sociais beneficiados: I) a população ribeirinha indígena e não indígenas, brasileira e peruana, responsável pela extração do fruto, II) os responsáveis pelo transporte, indígenas ou não indígenas, que recebem pelo transporte do fruto, III) os vendedores de vinho de açaí, predominantemente não indígenas.

Para o extrator de açaí, que entra na mata de duas a três vezes na semana, cada saco de fibra cheio com 40 quilos do fruto pode ser vendido por 130 a 160 reais (conforme as observações e informações de campo, é possível conseguir de 3 a 4 sacos por dia de trabalho na extração). O açaí também pode ser vendido em latas de 16 litros a um valor de 25 a 40 reais (a variação nos preços está em função das épocas de maior ou



menor produção das palmeiras). Pelo transporte do fruto até os locais de processamento do vinho, realizado a pé, de canoa e/ou motocarro, paga-se de 10 a 100 reais. Por fim, o vinho do açaí, vendido em bolsas de plástico de 1 litro, são vendidos de 5 a 15 reais.

Outra faceta do aspecto cultural do extrativismo do açaí, que se soma ao seu papel na alimentação e geração de renda para a população, é o processo de extração do fruto, que revela verdadeiros saberes-fazeres dos produtores. Realmente, o trabalho para extração do açaí é uma verdadeira aula de geografia vernacular (CLAVAL, 2014).

O açaí é extraído dos sítios e fazendas próximas aos núcleos urbanos e das comunidades ribeirinhas de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, das terras indígenas demarcadas na região e dos países vizinhos, nomeadamente o Peru (quadro 1).

Quadro 1 – locais de extração do fruto de açaí vendido na tríplice fronteira

Município/País	Local de extração
Tabatinga	Terra indígena Umariçu I e II; bairro Novo Progresso
Benjamin Constant	Assentamento Crajará; comunidades indígenas Bom Jardim e Filadélfia; comunidade Umarizal, São João Veneza, Nova Aliança, Bom Jesus
Atalaia do Norte	Terra indígena Vale do Javari; várzea do rio Itaquai; Comunidades São Pedro, Aldeia Nova, Palmari
São Paulo de Olivença	Comunidades Tupi I e II
Peru	Ilha de Rondinha; comunidade Arara

Fonte: dados obtidos em campo.

Numa atividade de campo no município de Atalaia do Norte, acompanhamos o Sr. Antônio⁴ até a área usada para extração. Para chegar até o local, percorre-se igarapés e igapós que, a primeira vista, parecem intransitáveis, fechados mesmo pela vegetação quase encoberta pela cheia do rio. O Sr. Antônio, porém, navega com a confiança do conhecimento adquirido desde a infância, quando acompanhava parentes e amigos nas andanças e trabalhos pelas redondezas. De fato, ele apresenta aquele conhecimento geográfico que “na vida diária, reúne os saberes-fazeres do bom senso para se dirigir aos lugares, situar-se e tirar proveito deles (CLAVAL, 2014, p. 20).

Sr. Antônio mostra que conhece não só os rios, mas também a floresta: com mesma destreza apresentada guiando a canoa, ele nos guia por entre as árvores e a

⁴ Nome fictício



vegetação cerrada abrindo caminho com o facão. Sem trilhas aparentes a percorrer, sabe exatamente a direção a seguir para encontrar as palmeiras de açaí, distribuídas pela floresta. Aquelas palmeiras localizadas na várzea são preferíveis às de terra firme, nos ensina, pois os frutos são de melhor qualidade.

Após localizar uma palmeira, Sr. Antônio verifica se o açaí está maduro observando os frutos já caídos ao pé da planta: se a quantidade no chão for grande, é sinal de que o fruto está pronto para a colheita. Para subir na palmeira, ele ajeita a peconha nos pés e abraça a palmeira de forma a conseguir maior aderência com os finos troncos dos pés de açaí. Depois de chegar no topo, os cachos de açaí são cortados e levados até o chão para serem debulhados. Cada cacho de açaí produz de seis a oito quilos do fruto. Para encher o saco de fibra de quarenta quilos, Sr. Antônio precisa colher de cinco a seis cachos do fruto.

O reconhecimento e destaque do aspecto alimentar do açaí, de seu histórico na região e os conhecimentos e práticas envolvidas na extração são caminhos viáveis na busca de fortalecer a soberania alimentar da população. São dimensões ainda não valorizadas no extrativismo do açaí, mas que se mostram como alternativas ao desenvolvimento na busca de maior produção e mercados.

O aproveitamento da palmeira do açaí, contudo, resume-se, sobretudo, a extração do fruto. Embora alguns relatos informem o uso da raiz da palmeira como remédio caseiro, ou a venda dos caroços do fruto para fabricação de artesanato, a diversificação no uso ainda é tímida frente as possibilidades e potencialidades que a palmeira apresenta. Além do fruto e do caroço, também o palmito, a palha, a estirpe a raiz e o cacho são aproveitáveis em diferentes formas de alimentação, como remédio, na confecção de utensílios domésticos e material de construção (SHANLEY, 2005).

A diversificação nos usos da palmeira do açaí podem aumentar a sustentabilidade das práticas extrativas, a geração de renda para a população e promover a soberania alimentar, contribuindo também para o fortalecimento dos vínculos e identidades locais. O exemplo é mostrado nas pesquisas de Nagaishi (2007) que estudou a utilização do caroço do açaí para a geração de renda e energia para comunidades isoladas, e concluiu pela viabilidade da produção de carvão vegetal e energia elétrica a partir do caroço. Assevera que “o uso alternativo dos resíduos de extrativismo de açaí (caroços) garante a geração de renda, emprego e melhoria de vida a população” (NAGAISHI, 2006, p. 105).



A diversificação no uso da palmeira do açaí pode se dar tanto na capacitação dos envolvidos nos vários usos oferecidos pela palmeira quanto no incremento tecnológico de manejo e processamento dos produtos. Segundo Brasil (2010), já existem tecnologias de manejo que compatibilizam a exploração econômica com a preservação ambiental, aumentam a produtividade por área e que facilitam o transporte e a armazenagem, como a liofilização e a secagem.

Algumas iniciativas tanto dos institutos de ensino e pesquisa da região (Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto Federal do Amazonas – IFAM) quanto de órgãos públicos municipais e estaduais (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, Sebrae, Secretarias Municipais de Produção Agrária) desenvolvem iniciativas na promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como na organização dos produtores em associações e cooperativas. Em Tabatinga, por exemplo, o IDAM mantém projeto de educação ambiental voltado ao extrativismo do açaí, com visitas e orientações técnicas aos produtores enquanto a Ufam, em Benjamin Constant, dá andamento a implantação do Parque Científico Tecnológico do Alto Solimões, para produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico regional (COELHO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento de autores contrários ao desenvolvimento da economia extrativa na Amazônia está ligada a uma concepção de extrativismo em grande escala e voltada essencialmente para o atendimento das demandas do mercado, o que a torna os espaços e as atividades praticadas no extrativismo incompatível com as exigências e lógicas de produção capitalista.

Vista nas perspectivas que procuram realçar e pensar outras racionalidades que não se restrinjam ao aspecto econômico das práticas extrativas, o extrativismo revela dimensões culturais, alimentares, conhecimentos, sustentabilidades que apontam para o fortalecimento da soberania alimentar, para relações mais sustentáveis com a natureza e apontam, enfim, para alternativas ao desenvolvimento.

Numa região marcada por altos índices de pobreza e violência, reconhecer as particularidades e potencialidades do extrativismo, no caso, do extrativismo do açaí, e enriquecer a apropriação dos produtores, seja prestigiando sua história social, alimentar



e a diversificação nos manejos e tecnologias empregadas torna-se fundamental na busca de soluções para os problemas locais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saída do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. E-book Kindle.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No rio Amazonas**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BATISTA, Djalma. **Amazônia**: cultura e sociedade. Organização de Tenório Telles. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

BECKER, Bertha. A urbe amazônica: a floresta e a cidade. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. V. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia*: a guerra na floresta. 2ª ed. Manaus: Banco da Amazônia, EDUA, 2011.

BRASIL (BANCO DO BRASIL). **Desenvolvimento Regional Sustentável**: fruticultura açaí. V.2. Série Cadernos de propostas pra atuação em cadeias produtivas. Banco do Brasil/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Brasília, 2010.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2ª ed. Rev. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

COELHO, Irene. Ufam trabalha na implementação do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões. **Portal de Notícias UFAM**, 2020. Disponível em:
<<https://ufam.edu.br/noticias-destaque/1845-ufam-trabalha-na-implantacao-do-parque-cientifico-e-tecnologico-do-alto-solimoes.html>>

DILGER, Gerhard, LANG, Miriam, FILHO, Jorge Pereira (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Colhendo da natureza**: o extrativismo vegetal na Amazonia. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2010. Disponível em:

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2020. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289>>



LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LESCURE, Jean Paul; PINTON, Florence (1993). **Extractivism**: a controversial use

LESCURE, Jean Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: **A floreta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. Editora científica Laure Emperaire. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LEVIS C, FLORES, BM, MOREIRA, PA, LUIZE, BG, ALVES, RP, FRANCO-MORAES, J, LINS, J, KONINGS, E, PEÑA-CLAROS, M, BONGERS, F, COSTA, FRC, CLEMENT, CR (2018) How People Domesticated Amazonian Forests. **Frontiers in Ecology and Evolution**, 5:171.

LIMA, Araújo. **Amazônia: a terra e o homem**. Com uma introdução à antropogeografia. Prefácio de Tristão de Athayde. 2ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife. Companhia Editora Nacional, 1937.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

MARTÍN, F. Reimagining Extractivism: Insights from Spatial Theory. IN: ENGELS, B; DIETZ, K. (eds). **Contested Extractivism, Society and the State, Development, Justice and Citizenship**. London: Palgrave Macmillan, 2017

MENEZES, Mário. Aspectos socioeconômicos do extrativismo. In: **Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011. Disponível em:
<https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro_extrativismo_capa_01092011_7461.pdf>

NAGAISHI, Thais Yuri Rodrigues. **Açaí (Euterpe oleracea mart)**: extrativismo, características, energia e renda em uma comunidade na Ilha de Marajó/ Pa. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal Rural da Amazônia 2007, Belém-PA, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The state of food security and nutrition in the world**. 2021. Disponível em
<<https://www.fao.org/publications/sofi/2021/en/>>

ORTON, James. **Andes and the Amazon**; or, across the continent of South America. New York. Harper & Brothers Publishers, 1870.

SHANLEY, Patricia. MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SILVA, D. W. *et al.* Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 557-577, agosto 2016.
Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44455/29139>>

SORRE, Max. **El hombre en la Tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SZEMAN, Imre; WENZEL, Jennifer. (2021). What do we talk about when we talk about extractivism?, **Textual Practice**, 35:3, 505-523, DOI: 10.1080/0950236X.2021.1889829